

Pataxós resistem e pode ocorrer conflito em área ocupada no Sul

Levi Vasconcelos

Os índios que ocuparam a área em que a Construtora Góes Cohabita pretende criar a Universidade do Descobrimento, liderados pelo presidente do Conselho dos Caciques das 11 aldeias pataxós instaladas em vários pontos do Sul da Bahia, já avisaram: "Daqui, só sairemos mortos". Armados com escopetas, espingardas, arcos, flechas, facões e pórretes, eles montaram acampamento no meio da mata e aguardam o encontro que outros cinco líderes terão hoje, em Brasília, com o ministro da Justiça, Íris Resende, quando esperam conseguir a assinatura do decreto de demarcação das terras e desta forma dar um ponto final ao problema.

A situação é, no mínimo, delicada. Para a Fundação Nacional do Índio (Funai), do ponto de vista legal o caso é assunto liquidado: a terra é dos índios. O assessor da presidência do órgão, Gitibá Faustino, explicou que a reserva denominada Terra Indígena de Coroa Vermelha tem 1.492 hectares, sendo 1.420 na gleba B, dos quais a Cohabita reclama a propriedade de 800, e 72 hectares na gleba A. Esta última engloba as valorizadas terras em volta do cruzeiro de Coroa Vermelha, considerado o local onde o Frei Henrique de Coimbra celebrou a Primeira Missa no Brasil, *filé* da Costa do Descobrimento, área que pode gerar uma briga de grande potencial.

"A lei é clara. Qualquer pessoa tem o direito legal de contestar a criação de reservas indígenas por um prazo de 90 dias, após a publicação da portaria. No caso de Coroa Vermelha, o prazo se esgotou no último 26 de março e a partir daí já não se pode fazer mais nada. Quem cala consente", diz Gitibá Faustino.

O gerente da Cohabita em Porto Seguro, Aldemir Pires, não entendeu assim e disse ontem que o departamento jurídico da empresa está tomando providências no sentido de reaver a terra. "Estive na presidência da Funai, em Brasília, até às 23 horas de ontem (anteontem), e confirmei que a portaria de criação da reserva ainda não foi assinada, o que quer dizer que a reserva não foi criada. A Cohabita tem na área da pretensa reserva mais de 800 hectares escriturados há mais de 24 anos sem qualquer contestação. O que ocorreu, infelizmente, é



Os pataxós estão com pintura de guerra e garantem que só saem mortos da área em Coroa Vermelha

que o Sr. João Viane, chefe do escritório da Funai em Eunápolis, incitou os índios a invadirem nossas terras e agora criou um problema de fato", afirmou. "Já estamos acostumados a ouvir improperios em casos desse tipo", rebateu Eduardo Duque, chefe dos agentes da Funai que estão no acampamento. Viane está em Brasília.

PF manda agentes

Segundo Aldemir Pires, a Universidade do Descobrimento, que ocupará ou ocuparia 200 dos 800 hectares reclamados pela Cohabita, "é um projeto líquido e certo, apto a funcionar já no ano 2000, dentro das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, plenamente

acatado pelo Conselho Federal de Educação". Ontem pela manhã, o delegado da Polícia Federal em Ilhéus, José Patury, esteve no local do acampamento e disse que amanhã enviará uma equipe de policiais para dar proteção aos índios. A PF é a única força policial constitucionalmente habilitada a agir em casos de conflitos indígenas.

Os índios estão acampados no meio do mato, em tendas cobertas de lona semelhantes às dos sem-terra. Até ontem havia, contadas a dedo, 32 famílias com uma média de oito pessoas cada, além de centenas de solteiros, o que dá em torno de 640 pessoas, mas a cada dia chegam outros, vindos das aldeias pataxós mais próximas. Os agentes da Funai que estão ao lado deles também estão armados. Eles são alimentados com ajuda de ONGs, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e também prefeituras da região, além da própria Funai, que também mandam arroz, farinha, feijão, carne, pão e açúcar, estava faltando carne, café e açúcar.

Nome de tribo tem uso indevido

Detalhe curioso acontece em Porto Seguro: entre o início do acampamento, onde há uma barreira de madeira com a tabuleta "Proibido", nas margens do Rio Itinga, e a Praia de Taperapuã (Porto Seguro), há alguns condomínios construídos ou em construção e um loteamento chamado "Paraíso dos Pataxós", ironicamente, de propriedade da Góes Cohabita, que foi também a proprietária de um dos primei-

ros hotéis de Porto Seguro, o Taba dos Pataxós. Segundo o Estatuto do Índio, ninguém pode usar o nome das nações indígenas para fazer tais denominações sem pagar "royalties", mas em Porto Seguro isto nunca funcionou. Existe Condomínio dos Pataxós, Praça dos Pataxós, Pataxós Turismo e por aí fora.

"Se dependesse deles, todos nós já teríamos morrido para eles ficarem usando o nome dos

pataxós. Nosso direito não querem respeitar, mas usar o nome...", diz o ex-cacique Arapati. Na verdade, diga-se, a prática é nacional. O único processo que rolou até hoje na história do Brasil envolvendo tais aspectos aconteceu no Amazonas. A empresa Sovel resolveu batizar o seu produto — um papel higiênico — com o nome da nação Ticuna, perdendo a questão na Justiça.